

**Um novo começo para a
Europa: o meu Programa
para o emprego,
o crescimento, a equidade
e a mudança democrática**

Orientações políticas

para a próxima
Comissão Europeia

Alocação

na sessão plenária
do Parlamento Europeu

Jean-Claude Juncker

Candidato à função
de Presidente da Comissão Europeia

Estrasburgo, 15 de julho de 2014

**Pôr a Europa
em movimento**

Principais mensagens

do discurso do Presidente
eleito Jean-Claude Juncker
perante o Parlamento Europeu

Declaração

na sessão plenária do
Parlamento Europeu antes
da votação sobre o Colégio
de Comissários

Estrasburgo, 22 de outubro de 2014

Jean-Claude Juncker

Candidato a Presidente
da Comissão Europeia

**Um novo começo para a Europa:
o meu Programa para o emprego,
o crescimento, a equidade e a mudança
democrática**

Orientações políticas para a próxima
Comissão Europeia

Alocação na sessão plenária
do Parlamento Europeu

Estrasburgo, 15 de julho de 2014

Um novo começo para a Europa: o meu Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática

Orientações políticas para a próxima Comissão Europeia

A Europa sofreu, nos últimos anos, a pior crise económica e financeira desde a Segunda Guerra Mundial. As instituições europeias e os governos nacionais viram-se obrigados a adotar medidas sem precedentes para estabilizar as economias dos Estados-Membros, consolidar as finanças públicas e evitar que se perdessem os resultados de décadas de integração europeia. Conseguiu evitar-se o pior. O mercado interno e a integridade da área do euro foram preservados. De forma lenta mas segura, o crescimento e a confiança estão a regressar à Europa.

No entanto, a crise não nos deixou incólumes. Mais de 6 milhões de pessoas perderam o emprego. O desemprego entre os jovens atingiu máximos históricos. Vários dos nossos Estados-Membros estão ainda longe de atingir um crescimento sustentável e níveis adequados de investimento. Em muitos países, a confiança no projeto europeu atingiu o mais baixo nível de sempre.

As medidas tomadas durante a crise podem comparar-se à reparação de um avião em chamas em pleno voo. Embora em termos gerais as medidas tenham tido êxito, foram cometidos erros. Houve falta de equidade social. A legitimidade democrática ressentiu-se, uma vez que tiveram de ser criados muitos instrumentos novos fora do quadro jurídico da União Europeia. E, depois de ter passado vários anos centrada na gestão da crise, a Europa está a verificar que muitas vezes está mal preparada para enfrentar os desafios globais futuros, quer no que diz respeito à era digital, à corrida pela inovação e competências, à escassez de recursos naturais, à segurança alimentar, ao custo da energia, ao impacto das alterações climáticas, ao envelhecimento da nossa população quer à dor e a pobreza nas fronteiras externas da UE.

Com um novo ciclo legislativo após as eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2014, **chegou o momento de adotar uma nova abordagem.**

Como candidato à função de Presidente da União Europeia, considero ser minha tarefa essencial reconstruir pontes na Europa depois da crise. Restabelecer a confiança dos cidadãos europeus, centrar as nossas políticas nos principais desafios com que as nossas economias e as nossas sociedades se confrontam e reforçar a legitimidade democrática com base no método comunitário.

Depois de ter feito campanha como principal candidato do Partido Popular Europeu à função de Presidente da Comissão, antes das eleições para o Parlamento Europeu, juntamente com Martin Schulz pelo Partido dos Socialistas Europeus, Guy Verhofstadt pela Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa e pelo Partido

Democrático Europeu, Ska Keller e José Bové pelo Partido Verde Europeu, e Alexis Tsipras pelo Partido da Esquerda Europeia - fui proposto pelo Conselho Europeu como candidato à função de Presidente da Comissão Europeia em 27 de junho de 2014. Com esta proposta, o Conselho Europeu tomou em consideração o resultado das eleições para o Parlamento Europeu, nas quais o meu partido obteve o maior número de votos, depois de ter realizado as consultas adequadas com os representantes do Parlamento Europeu.

Pela primeira vez, estabeleceu-se uma ligação direta entre os resultados das eleições para o Parlamento Europeu e a proposta do Presidente da Comissão Europeia. Deu-se assim resposta ao que o Parlamento Europeu reclamava há várias décadas. Este facto tem o potencial para adicionar uma dose suplementar de legitimidade democrática muito necessária no processo europeu de tomada de decisões, em conformidade com as normas e práticas da democracia parlamentar. É igualmente uma oportunidade única para começar de novo.

Após os confrontos da campanha eleitoral, chegou o momento de trabalharmos em conjunto. Apesar das nossas diferenças, existe uma grande convergência de pontos de vista sobre as principais prioridades que devem ser abordadas a nível europeu. E quero trabalhar com todos para alcançar um amplo consenso, em todas as instituições da UE, sobre o que devemos oferecer aos europeus para seguidamente transformar as palavras em atos, concretizando o que foi acordado.

É por esta razão que, depois de ter trocado pontos de vista com todos os grupos políticos do recentemente eleito Parlamento Europeu, proponho renovar a União Europeia com base num **Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática**. Um programa que se centre nos domínios em que a União Europeia pode desempenhar um papel verdadeiramente decisivo.

O meu programa centrar-se-á em **dez domínios estratégicos**. Colocarei a tónica em resultados concretos nestes dez domínios. Além disso, deixarei aos Estados-Membros outros domínios, em que estão mais legitimados e melhor preparados para dar respostas eficazes aos níveis local, regional e nacional, em consonância com os princípios de subsidiariedade e proporcionalidade. **Quero uma União Europeia que seja maior e mais ambiciosa nas coisas de grande importância e mais pequena e mais modesta em coisas de menor importância.**

Os dez domínios que devem ser abordados no quadro do meu Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática são os seguintes:

1. Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento

A minha primeira prioridade como Presidente da Comissão será reforçar a competitividade da Europa e estimular o investimento para a criação de emprego. Tenciono apresentar, nos primeiros três meses do meu mandato e no contexto da revisão da Estratégia Europa 2020, **um ambicioso pacote para o emprego, o crescimento e o investimento**.

Não creio que possamos basear um crescimento sustentável em montanhas de dívidas cada vez maiores; esta é a lição que retirámos da crise e que temos de ter em conta. Sei também muito bem que são principalmente as empresas que criam emprego, não os governos nem as instituições da UE. Todavia, estou convencido de que podemos utilizar muito melhor o orçamento comum da UE e o Banco Europeu de Investimento (BEI). Temos de utilizar estes fundos públicos disponíveis a nível da União para estimular o investimento privado na economia real. Precisamos de um investimento mais inteligente, mais orientado, com menos regulamentação e mais flexibilidade quando chega o momento de utilizar estes fundos públicos. Na minha opinião, se assim atuarmos poderemos **mobilizar até 300 mil milhões de euros de investimento público e privado adicional na economia real nos próximos três anos**.

Para tal, o enquadramento do investimento tem de ser melhorado e reforçada a absorção dos fundos. A elaboração de projetos pelo BEI e pela Comissão deve ser intensificada e expandida. Temos de identificar e promover novos projetos que sejam sustentáveis e criem emprego para ajudar a restabelecer a competitividade da Europa. Para tornar projetos em realidade, temos também de desenvolver instrumentos financeiros mais eficazes, nomeadamente sob a forma de empréstimos ou garantias com maior capacidade de risco. Devemos tomar em consideração um novo aumento de capital do BEI.

Estes investimentos suplementares devem centrar-se nas **infraestruturas, nomeadamente nas redes de banda larga e redes de energia, bem como nas infraestruturas de transporte em centros industriais; na educação, investigação e inovação; nas energias renováveis e na eficiência energética**. É conveniente afetar recursos significativos a projetos suscetíveis de ajudar os jovens a voltarem a encontrar empregos decentes, completando os esforços já envidados no quadro da **Garantia para a Juventude**, cuja implementação deve ser acelerada e progressivamente alargada.

A **revisão intercalar do quadro financeiro plurianual**, agendada para o final de 2016, deve proporcionar a ocasião para orientar o orçamento da União Europeia para mais emprego, crescimento e competitividade.

No que diz respeito à utilização dos orçamentos nacionais a favor do crescimento e do investimento, devemos, tal como o Conselho Europeu de 27 de junho de 2014 reafirmou, respeitar o **Pacto de Estabilidade e Crescimento**, aproveitando ao máximo a flexibilidade introduzida nas regras do Pacto, reformado em 2005 e em 2011. Tenciono divulgar orientações concretas sobre este ponto no quadro do meu

ambicioso programa a favor do emprego, do crescimento e do investimento.

O emprego, o crescimento e o investimento só voltarão à Europa se criarmos **um ambiente regulamentar adequado e promovermos um clima favorável ao empreendedorismo e à criação de emprego**. Não devemos asfixiar a inovação e a competitividade com regulamentações demasiado restritivas e pormenorizadas, principalmente para as pequenas e médias empresas (PME). As PME são a espinha dorsal da nossa economia, responsáveis pela criação de mais de 85 % dos novos postos de trabalho na Europa e temos de as libertar de uma regulamentação demasiado pesada. É por esta razão que tenciono confiar a responsabilidade de elaborar uma melhor regulamentação a um dos Vice-Presidentes da Comissão e conferir a esse Vice-Presidente o mandato de identificar, juntamente com o Parlamento e o Conselho, a burocracia, tanto aos níveis europeu como nacional, suscetível de ser rapidamente suprimida, como parte do meu pacote para o emprego, o crescimento e o investimento.

2. Um mercado único digital conectado

Considero que temos de aproveitar melhor as grandes oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais, que não conhecem fronteiras. Para o efeito, precisamos de ter a coragem de quebrar as barreiras nacionais em matéria de regulamentação das telecomunicações, de direitos de autor e de proteção dos dados, bem como em matéria de gestão das ondas hertzianas e de aplicação do direito da concorrência.

Se conseguirmos, podemos assegurar aos cidadãos europeus que em breve poderão utilizar os seus telemóveis em toda a Europa sem ter de pagar tarifas de *roaming*. Podemos garantir que os consumidores terão acesso a serviços, música, filmes e eventos desportivos nos seus aparelhos eletrónicos onde quer que se encontrem na Europa e independentemente das fronteiras. Podemos criar condições de concorrência equitativas no quadro das quais todas as empresas que oferecem os seus bens ou serviços na União Europeia estão sujeitas às mesmas regras em matéria de proteção dos dados e de proteção dos consumidores, onde quer que se encontre o seu servidor. **Ao criar um mercado único digital conectado, podemos gerar até 250 mil milhões de euros de crescimento suplementar na Europa durante o mandato da próxima Comissão**, criando assim centenas de milhares de novos postos de trabalho, em benefício nomeadamente dos jovens à procura de emprego, bem como uma sociedade do conhecimento dinâmica.

Para o conseguir, tenciono, nos primeiros seis meses do meu mandato, tomar **ambiciosas medidas legislativas com vista a criar um mercado único digital conectado**, nomeadamente através da rápida conclusão de negociações relativas às regras europeias comuns em matéria de proteção de dados; sendo mais ambicioso na reforma em curso das nossas regras em matéria de telecomunicações; modernizando as nossas regras em matéria de direitos de autor tendo em conta a revolução digital e os novos comportamentos dos consumidores; e modernizando e simplificando as regras em matéria de proteção dos consumidores para as compras em linha. Estas medidas serão acompanhadas de medidas destinadas a reforçar as competências digitais e a aprendizagem digital nas nossas sociedades e a facilitar a criação de jovens empresas inovadoras. O reforço do recurso a tecnologias digitais e aos serviços em linha deve tornar-se uma política

horizontal que abranja todos os setores da economia e do setor público.

3. Uma União mais resiliente a nível da energia, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas

Os atuais acontecimentos geopolíticos recordaram-nos bruscamente que a Europa depende demasiado das suas importações de gás e de petróleo. Pretendo, por conseguinte, reformar e reorganizar a política energética europeia no quadro de **uma nova União Europeia da energia**. Temos de agrupar os nossos recursos, combinar as nossas infraestruturas e falar a uma só voz aquando das negociações com países terceiros. Temos de diversificar as nossas fontes de energia e reduzir a forte dependência energética de vários dos nossos Estados-Membros.

Quero manter o nosso mercado europeu da energia aberto aos nossos vizinhos. Contudo, **se o preço da energia importada de Leste se tornar demasiado caro, quer em termos económicos quer políticos, a Europa deve poder mudar muito rapidamente para outras fontes de abastecimento**. Precisamos de ser capazes de inverter os fluxos de energia, se necessário.

Temos de reforçar a parte das energias renováveis no nosso continente, não apenas por uma questão de realizar uma política responsável de luta contra as alterações climáticas, mas igualmente por um imperativo em matéria de política industrial, se pretendemos continuar a ter acesso a uma energia a preços abordáveis disponível a médio prazo. Acredito firmemente no potencial do crescimento verde. **Quero, por conseguinte, que a União Europeia se torne o número um mundial das energias renováveis**.

Gostaria também de reforçar significativamente a eficiência energética para além do objetivo 2020, nomeadamente no que se refere aos edifícios, e sou a favor de um objetivo ambicioso e vinculativo para o efeito de forma a continuar o rumo actual da União em matéria de eficiência energética. Quero que a União Europeia mostre o caminho na luta contra o aquecimento global antes da reunião das Nações Unidas em Paris em 2015 e após esta data respeitando o objectivo de limitar qualquer aumento da temperatura, no máximo, a dois graus centígrados acima dos níveis pré-industriais. Temos esta obrigação para com as gerações futuras.

4. Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada

O mercado interno da Europa é o seu melhor trunfo nestes tempos de crescente mundialização. Pretendo, por conseguinte, que a próxima Comissão se apoie na força do nosso mercado único e explore plenamente o seu potencial em todas as suas dimensões. Temos de concluir o mercado interno dos bens e dos serviços e fazer dele um trampolim para que as nossas empresas e a nossa indústria prosperem numa economia mundializada, igualmente no que diz respeito aos produtos agrícolas.

Estou firmemente convencido de que devemos manter e consolidar uma base industrial simultaneamente forte e altamente eficiente para o nosso mercado interno, uma vez que seria ingénuo pensar que o crescimento na Europa poderia depender apenas dos serviços. **Temos de aumentar o peso da indústria no PIB da UE dos atuais menos de 16 % para 20 % até 2020.** Tal permitirá à Europa manter a sua posição dominante em setores estratégicos que oferecem emprego de qualidade, como a indústria automóvel, a aeronáutica, a engenharia, a indústria espacial, as indústrias químicas e farmacêuticas. Para tal, temos de estimular o investimento nas novas tecnologias, melhorar o ambiente das empresas, facilitar o acesso aos mercados e aos financiamentos, em especial para as PME, e garantir que os trabalhadores possuem as competências de que a indústria necessita.

Concluir a resolução dos problemas do nosso setor bancário e incentivar o investimento privado continua a ser prioritário. Sou um fervoroso adepto da realização de **controles mais rigorosos dos bancos** através de um mecanismo único de supervisão dotado de um fundo de resolução único a constituir progressivamente. A minha Comissão será ativa e vigilante na garantia de que implementaremos na íntegra as novas regras em matéria de supervisão e resolução, que tornarão os bancos europeus suficientemente sólidos para poderem de novo conceder empréstimos à economia real.

A mais longo prazo, considero que devemos complementar as novas regras europeias para os bancos com uma **União dos mercados de capitais**. Para melhorar o financiamento da nossa economia, devemos desenvolver e integrar mais os mercados de capitais, o que poderia reduzir os custos de financiamento, nomeadamente para as PME, e contribuir para diminuir a nossa muito forte dependência em matéria de financiamento bancário. Tal permitiria igualmente reforçar o carácter atrativo da Europa em matéria de investimentos.

A livre circulação de trabalhadores foi sempre um dos pilares do mercado interno, que continuarei a defender, reconhecendo simultaneamente o direito das autoridades nacionais de lutarem contra as interpretações abusivas e fraudulentas. Penso que devemos considerar a livre circulação dos trabalhadores como uma oportunidade económica e não como uma ameaça. Devemos, por conseguinte, promover a **mobilidade da mão de obra**, em especial nos setores onde persistem vagas por preencher ou onde há uma inadequação de competências. Ao mesmo tempo, assegurarei que a **diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores** é aplicada à letra e iniciarei uma revisão específica desta diretiva, a fim de garantir que o *dumping* social não tem lugar na União Europeia. **Na nossa União, um mesmo trabalho efetuado no mesmo local deve ser remunerado de forma idêntica.**

Temos necessidade de uma maior equidade no nosso mercado interno. Embora reconhecendo a competência dos Estados-membros no que se refere aos seus sistemas fiscais, devemos intensificar os nossos esforços **para lutar contra a evasão e a fraude fiscais**, para que todos contribuam com a sua quota-parte. Reforçarei nomeadamente a cooperação administrativa entre autoridades fiscais e trabalharei no sentido da adoção, a nível da UE, de uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades e um imposto sobre transações financeiras. A proposta de regras reforçadas da União para lutar contra o **branqueamento de capitais** deve ser adotada rapidamente, e ter um conteúdo

ambicioso, nomeadamente no que respeita à identificação dos beneficiários efetivos e à melhoria das medidas de vigilância relativamente a um melhor conhecimento dos clientes.

5. Uma União económica e monetária mais aprofundada e mais equitativa

Nos próximos cinco anos, tenciono prosseguir a reforma da nossa União económica e monetária a fim de preservar a estabilidade da nossa moeda única e melhorar a convergência das políticas económicas, orçamentais e de mercado do trabalho entre os Estados-Membros que partilham a moeda única. Fá-lo-ei com base nos «Relatórios dos quatro presidentes» e no Plano pormenorizado para uma União Económica e Monetária efetiva e aprofundada preparado pela Comissão, e sempre com a dimensão social em mente.

A crise ainda não terminou, apenas foi interrompida. Temos de utilizar este tempo de pausa para consolidar e complementar as medidas sem precedentes que tomámos durante a crise, simplificá-las e torná-las socialmente legítimas. A estabilidade da nossa moeda única e a solidez das finanças públicas são tão importantes para mim como a equidade social na implementação das necessárias reformas estruturais.

Pretendo lançar **iniciativas legislativas e não legislativas para aprofundar a nossa União económica e monetária** durante o primeiro ano do meu mandato. Estas iniciativas incluirão uma revisão orientada para a estabilidade do «pacote legislativo de seis medidas» e do «pacote legislativo das duas medidas» (tal como previsto nesta legislação); propostas para incentivar outras reformas estruturais, se necessário através de incentivos financeiros suplementares e de uma capacidade orçamental específica a nível da área do euro; e uma proposta para uma representação externa mais eficiente da nossa União económica e monetária.

A médio prazo, considero que necessitamos de reequilibrar a forma como concedemos apoio condicional à estabilidade aos países da área do euro em dificuldades. No futuro, temos de poder substituir a «tróica» por uma estrutura mais responsável e mais legitimamente democrática e que deva prestar contas dos seus atos, assente em instituições europeias com um controlo parlamentar reforçado quer a nível europeu quer nacional. Proponho igualmente que, no futuro, qualquer programa de apoio e de reforma não seja apenas objeto de uma avaliação da sustentabilidade orçamental; mas também de uma **avaliação do impacto social**. Os efeitos sociais das reformas estruturais devem ser debatidos publicamente e a luta contra a pobreza deve ser uma prioridade. Sou um adepto convicto da economia de mercado social. Não é compatível com a economia de mercado social que, durante a crise, os armadores e os especuladores se tornem cada vez mais ricos, enquanto os pensionistas já não disponham de recursos para se sustentarem.

6. Um Acordo de Comércio Livre razoável e equilibrado com os EUA

Sob a minha presidência, a Comissão negociará um acordo comercial razoável e equilibrado com os Estados Unidos da América num espírito de transparência e de procura de vantagens mútuas e recíprocas. É anacrónico que, no século XXI, os europeus e os americanos continuem a impor-se mutuamente **direitos aduaneiros**.

Estes deviam ser rápida e integralmente suprimidos. Creio igualmente que podemos ir mais longe no reconhecimento recíproco das normas, ou trabalhar no sentido da criação de normas transatlânticas.

Contudo, como Presidente da Comissão, serei também muito claro: **não sacrificarei as normas europeias de segurança, de saúde, as normas sociais, as normas de proteção de dados ou a nossa diversidade cultural no altar do comércio livre.** Serei particularmente intransigente, enquanto Presidente da Comissão, em relação à segurança alimentar e à proteção de dados pessoais. Não aceitarei também que a jurisdição dos tribunais dos Estados-Membros da UE seja limitada por regimes especiais aplicáveis aos litígios entre investidores. O Estado de direito e o princípio da igualdade perante a lei devem ser aplicáveis igualmente neste contexto.

Insistirei na necessidade de **uma maior transparência face aos cidadãos e ao Parlamento Europeu** que, por força dos Tratados, terá a última palavra sobre a celebração do acordo, e isto em todas as fases de negociação.

7. Um espaço de justiça e de direitos fundamentais baseado na confiança mútua

A nossa União Europeia é mais do que um vasto mercado único. É igualmente uma **União de valores comuns**, consagrados nos Tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais. Os cidadãos esperam que os seus governos lhes assegurem justiça, proteção e equidade, bem o pleno respeito dos direitos fundamentais e do Estado de direito. Tal passa também por uma ação conjunta a nível da Europa, com base em valores comuns.

Tenciono utilizar as prerrogativas da Comissão para fazer respeitar, no nosso âmbito de competências, os nossos valores comuns, o Estado de direito, e os direitos fundamentais, tendo também devidamente em conta a diversidade dos contextos constitucionais e culturais dos 28 Estados-Membros. Tenho a intenção de designar um **Comissário responsável pela Carta dos Direitos Fundamentais e pelo Estado de Direito.** Este Comissário terá igualmente por missão concluir a adesão da União à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que constitui uma obrigação por força do Tratado da UE.

As discriminações não devem ter lugar na nossa União, quer se baseiem na nacionalidade, sexo, origem racial ou étnica, religião ou convicções, deficiência, idade, orientação sexual ou o facto de pertencer a uma minoria. Mantereí, por conseguinte, a proposta de diretiva neste domínio e envidarei esforços para convencer os governos nacionais a abandonarem a resistência que atualmente demonstram no Conselho.

A proteção dos dados é um direito fundamental que se reveste de uma importância especial na era digital. Para além de finalizar rapidamente o trabalho legislativo sobre as regras comuns da União em matéria de proteção de dados, temos também de fazer reconhecer este direito no quadro das nossas relações externas. Tendo em conta as recentes revelações relativamente a uma vigilância de massa, os nossos parceiros próximos como os Estados Unidos vão ter de nos convencer que as disposições relativas à esfera de segurança são realmente

seguras, se querem que sejam mantidas. Os Estados Unidos terão igualmente de garantir que todos os cidadãos da UE, residentes ou não nos Estados Unidos, têm o direito de fazer valer os seus direitos à proteção de dados junto dos tribunais americanos. Este ponto será essencial para restabelecer a confiança nas relações transatlânticas.

A luta contra a criminalidade transfronteiras e o terrorismo é da responsabilidade comum da Europa. Devemos combater a criminalidade organizada, como o tráfico de seres humanos, o contrabando e a cibercriminalidade. Temos de lutar contra a corrupção; e lutar contra o terrorismo e combater a radicalização - tudo isto garantindo em simultâneo o respeito dos valores e dos direitos fundamentais, nomeadamente os direitos processuais e a proteção dos dados pessoais.

Numa altura em que cada vez mais cidadãos estudam, trabalham, fazem negócios ou se casam e têm filhos num país diferente do seu na União, a **cooperação judicial entre os Estados-Membros da UE** deve ser melhorada, etapa a etapa: construindo pontes entre os diferentes sistemas judiciais, reforçando instrumentos comuns como o Eurojust, desenvolvendo novos instrumentos, como a Procuradoria Europeia, que tem por missão combater a fraude criminal que prejudica os interesses financeiros da União e através do reconhecimento mútuo das decisões judiciais, de forma a que os cidadãos e as empresas possam exercer mais facilmente os seus direitos em toda a União.

8. Rumo a uma nova política migratória

Os terríveis acontecimentos que se desenrolaram recentemente no Mediterrâneo provaram-nos que a Europa necessita de melhorar a gestão do fenómeno migratório. Trata-se em primeiro lugar de um imperativo humanitário. Estou convencido que temos de colaborar com **um espírito de solidariedade** para garantir que situações como a de Lampedusa não se repitam.

Com base nos nossos valores comuns, temos de proteger os mais necessitados através de uma **política comum em matéria de asilo**. O sistema comum de asilo recentemente adotado deve ser plenamente aplicado e as divergências nacionais a nível da execução suprimidas. Tenciono igualmente explorar a possibilidade de utilizar o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo para prestar assistência às autoridades de países terceiros e dos Estados-Membros a gerir os refugiados e os pedidos de asilo em situações de emergência, se necessário no terreno, num país terceiro particularmente implicado.

Pretendo promover **uma nova política europeia em matéria de migração legal**. Uma tal política poderia ajudar-nos a resolver a escassez de qualificações específicas e a atrair talentos para melhor dar resposta aos desafios demográficos que se colocam à União Europeia. Quero que a Europa se torne pelo menos tão atrativa como os destinos migratórios favoritos como a Austrália, o Canadá e os EUA. Numa primeira fase, tenciono reexaminar a legislação «Cartão Azul UE», bem como a sua aplicação pouco satisfatória.

Considero igualmente que necessitamos de resolver de forma mais resoluta a questão da **migração irregular**, nomeadamente através de uma melhor cooperação

com países terceiros, nomeadamente em matéria de readmissão.

Designarei **um Comissário responsável pelas migrações**, que terá por missão resolver estas questões em colaboração com todos os Estados-membros e com os países terceiros mais envolvidos.

Por último, mas não menos importante, temos de **securizar as fronteiras da Europa**. As nossas políticas comuns em matéria de asilo e de migração só funcionarão se pudermos impedir fluxos descontrolados de migrantes ilegais. Precisamos, por conseguinte, de reforçar as capacidades operacionais da FRONTEX, a agência europeia para a gestão das fronteiras. Um orçamento anual de apenas 90 milhões de euros não poderá certamente corresponder à tarefa que representa a proteção das fronteiras comuns da Europa. Temos de reunir mais recursos entre os Estados-Membros para reforçar o trabalho da FRONTEX e criar equipas europeias de guardas de fronteira, que podem ser destacadas rapidamente no quadro de operações FRONTEX conjuntas e de intervenções nas fronteiras. Esta tarefa incumbe conjuntamente a todos os Estados-Membros da UE, do norte e do sul, que deve ser assumida num espírito de solidariedade.

Temos igualmente de nos aplicar e fazer respeitar rigorosamente as nossas novas regras europeias comuns para sancionar os **traficantes de seres humanos**. Os criminosos que exploram a dor e as necessidades de pessoas em perigo ou que sofrem perseguições precisam de saber que a Europa está vigilante e os levará a tribunal por todos os meios possíveis.

9. Uma Europa mais forte na cena mundial

Precisamos de uma Europa forte em matéria de política externa. A crise na Ucrânia e a situação preocupante no Médio Oriente mostram como é importante que a Europa esteja unida na cena da política externa. Muito há ainda a fazer.

Creio que não podemos estar satisfeitos com a nossa política externa atual. Precisamos de criar melhores mecanismos para antecipar os acontecimentos logo desde o início e identificar rapidamente as respostas comuns. Temos de ser mais eficazes agrupando os instrumentos de ação externa da Europa. A política comercial, a ajuda ao desenvolvimento, a nossa participação nas instituições financeiras internacionais e a nossa política de vizinhança devem ser combinadas e ativadas numa única e mesma lógica.

O próximo **Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança** terá de ser uma personalidade respeitada e com experiência, capaz de articular os instrumentos nacionais e europeus, bem como todos os instrumentos de que a Comissão dispõe de forma mais eficaz do que no passado. Deve agir em concertação com os nossos comissários europeus responsáveis pelo comércio, o desenvolvimento, a ajuda humanitária e a política de vizinhança, o que exigirá que o Alto Representante desempenhe plenamente o seu papel no Colégio dos Comissários. Para permitir que tal aconteça, tenciono conferir aos outros comissários responsáveis pelas relações externas a capacidade de **substituir o Alto Representante** tanto em reuniões do Colégio como na cena internacional.

Creio igualmente que devemos trabalhar para reforçar a Europa em matéria **de segurança e de defesa**. Sim, a Europa é um «soft power». No entanto, mesmo os mais fortes poderes pacíficos não podem estar num impasse a longo prazo sem pelo menos algumas capacidades de defesa integradas. O Tratado de Lisboa prevê a possibilidade de os Estados-Membros que o desejem agruparem as suas capacidades de defesa sob a forma de uma cooperação estruturada permanente. Desta forma, os Estados-Membros que o desejem podem implicar-se em missões conjuntas da UE para operar em zonas de crise, em caso de necessidade, como teria sido necessário desde o início no Mali ou no Sudão do Sul. Os Estados-Membros devem igualmente criar mais sinergias em matéria de contratos públicos de defesa. Num período em que as finanças públicas são escassas, temos de fazer corresponder as ambições políticas e os recursos existentes a fim de evitar a duplicação de programas. Hoje em dia, na UE mais de 80 % do investimento em equipamentos de defesa são ainda despendidos a nível nacional. É, pois, necessária mais cooperação nos contratos de defesa, quanto mais não seja por razões orçamentais.

No que se refere ao **alargamento**, reconheço plenamente que se trata de um êxito histórico que trouxe paz e estabilidade ao nosso continente. No entanto, a União e os nossos cidadãos precisam agora de digerir as últimas adesões, mais 13 Estados-Membros que aderiram à UE em 10 anos. A UE necessita de fazer uma pausa no alargamento, a fim de consolidar o que foi feito a 28. É por esta razão que, sob a minha presidência, as negociações em curso prosseguirão, nomeadamente com os Balcãs Ocidentais, que têm necessidade de uma perspetiva europeia, mas **não assistiremos a um novo alargamento nos próximos cinco anos**. Com os países da nossa vizinhança oriental, como a Moldávia e a Ucrânia, devemos intensificar os nossos esforços de cooperação, de associação e de parceria para reforçar ainda mais os nossos laços económicos e políticos.

10. A União da mudança democrática

A proposta de um candidato para a função de Presidente da Comissão Europeia com base nos resultados das eleições para o Parlamento Europeu e a sua eleição representam sem dúvida um avanço importante, mas trata-se apenas de um pequeno passo para o reforço do carácter democrático da União Europeia no seu conjunto. Uma Comissão Europeia sob a minha presidência esforçar-se-á por revigorar a parceria especial que mantém com o Parlamento Europeu, como estabelecido no Acordo-Quadro de 2010. **Quero encetar convosco um diálogo político e não um diálogo tecnocrático**. Tenciono enviar sistematicamente representantes às negociações importantes realizadas no quadro do trílogo e espero que o Conselho aja da mesma forma.

Estou igualmente empenhado em reforçar a **transparência relativamente aos contactos com as partes interessadas e os grupos de pressão**. Os nossos cidadãos têm o direito de saber quem é que os comissários e o pessoal da Comissão, os membros do Parlamento Europeu e os representantes do Conselho encontram no quadro do processo legislativo. Irei, por conseguinte, propor ao Parlamento e ao Conselho a celebração de um acordo interinstitucional com vista a criar um registo obrigatório dos grupos de pressão abrangendo as três instituições. A Comissão mostrará o exemplo neste processo.

Tenho igualmente a intenção de reexaminar a **legislação aplicável à autorização dos organismos geneticamente modificados**. Não considero normal que por força das regras atuais, a Comissão seja juridicamente forçada a autorizar a importação e a transformação de novos organismos, mesmo quando uma maioria clara de Estados-Membros se opõe. A Comissão deve estar numa posição de poder conferir à posição maioritária de governos democraticamente eleitos pelo menos tanto peso quanto aos pareceres científicos, nomeadamente quando se trata da segurança dos alimentos que consumimos e do ambiente em que vivemos.

A relação com os **parlamentos nacionais** é para mim de grande importância, nomeadamente quando se trata de aplicar o princípio da subsidiariedade. Explorarei novas vias para melhorar a interação com os parlamentos nacionais, como forma de aproximar a União Europeia dos cidadãos.

* * *

Se for eleito para a função de Presidente da Comissão Europeia, o meu Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática servirá como ponto de partida para a programação anual e plurianual da União. Para o efeito, podemos também basear-nos na «Agenda Estratégica da União Europeia em Tempos de Mudança», tal como adotado pelo Conselho Europeu de 27 de junho de 2014, e nas orientações que serão dadas pelo Parlamento Europeu nos próximos meses.

Considero que o programa de ação da Comissão deve ser estabelecido no quadro de uma parceria estreita entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, e em colaboração com os Estados-Membros. **A hierarquização das prioridades de ação como base de uma União mais eficaz e melhor orientada, só funcionará se resultar de uma parceria entre as instituições da União e os Estados-Membros, em conformidade com o método comunitário.**

O papel do Presidente da Comissão consiste em defender o interesse geral europeu, o que implica trabalhar com todos, independentemente de serem membros da área do euro, signatários do Acordo de Schengen ou partidários de uma maior integração. Estou firmemente convencido de que temos de avançar enquanto União. **Não temos necessariamente de avançar todos ao mesmo ritmo** - os Tratados preveem essa situação e já vimos que podemos funcionar segundo modalidades diferentes. Os que querem ir mais longe e mais depressa, devem poder fazê-lo. Tal é particularmente importante na área do euro, em que temos de continuar a consolidar as fundações da moeda comum através de uma maior integração. E este processo devia ser realizado de forma a permitir preservar a integridade do mercado único e a proteger os direitos dos que não fazem parte da área do euro. Como em qualquer família, existirão de tempos a tempos tensões e desacordos. Deixei bem claro ao longo de toda a minha campanha que estava pronto a ouvir as preocupações de cada Estado-Membro e a ajudar a encontrar soluções.

Tenciono reorientar o trabalho da nova Comissão com base no meu «Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática» e nas suas

dez prioridades. Tenciono organizar a nova Comissão de forma a refletir estes dez domínios estratégicos prioritários e garantir a obtenção de resultados rápidos e concretos em cada um deles.

Farei todo o meu possível por garantir uma **participação equilibrada entre mulheres e homens nos quadros superiores da Comissão que serão escolhidos tanto a nível político como administrativo**. A paridade de género não é um luxo; é um dever em política e devia constituir uma evidência para todos, incluindo os responsáveis em todas as capitais dos nossos Estados-Membros, quando se trata de propor um candidato para o posto de comissário na próxima Comissão. Tal constitui por si só um teste ao empenhamento dos governos dos Estados-Membros a favor de uma abordagem nova, mais democrática, na era da mudança.

Com base no meu Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática e nas suas dez prioridades, submeto hoje a minha candidatura à votação do Parlamento Europeu. Quanto mais ampla for a maioria que me apoiará e ao meu programa, maior será a margem de manobra para formar a próxima Comissão, e mais eficaz serei na rápida execução deste programa.

«**Desta vez, é diferente**» foi o slogan escolhido pelo Parlamento Europeu para a campanha eleitoral. Mostremos que em conjunto somos capazes de tornar esta promessa uma realidade. E que juntos podemos realmente mudar e renovar a Europa. E que uniremos os nossos esforços para ganhar de novo a confiança dos cidadãos no projeto europeu. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que desta vez seja diferente.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' followed by a long horizontal line that curves slightly upwards at the end.

Jean-Claude Juncker

Un nouvel élan pour l'Europe

Alocação na sessão plenária do Parlamento Europeu

Estrasburgo, 15 de julho de 2014



No dia 25 de maio, os cidadãos europeus falaram-nos. Enviaram-nos mensagens claras, se bem que por vezes contraditórias. É nossa obrigação responder-lhes, hoje e nos anos vindouros. Responder às suas expectativas, às suas angústias, às suas esperanças, aos seus sonhos; porque, na Europa, há lugar para o sonho. Aqui, no Parlamento Europeu, bastião da democracia europeia, vou apresentar-vos as orientações gerais que presidirão aos trabalhos e à ação da próxima Comissão. Refiro-me às orientações sumárias que vos enviei por escrito, em todas as línguas oficiais, porque todas as línguas têm igual dignidade. E quero agradecer aos tradutores que passaram uma noite em claro por causa de um texto que concluí ontem à noite, a altas horas. O programa pormenorizado da Comissão será da competência do colégio dos comissários que, no próximo outono, vos caberá legitimar pelo voto.

O Parlamento que acaba de iniciar o seu mandato é diferente dos antecessores. Vós sois o primeiro Parlamento a eleger realmente, em todos os sentidos do termo, o Presidente da Comissão. Elegê-lo-eis num novo espírito. No rescaldo das eleições, exigistes, insistentemente, que se tivessem em conta os resultados do sufrágio universal. Com esse gesto, destes o verdadeiro sentido, o verdadeiro significado democrático e político ao n.º 7 do artigo 17.º do Tratado de Lisboa. Sem a vossa insistência, sem o vosso empenho, este artigo teria permanecido letra morta para sempre. Defendestes o princípio democrático, e assistiu-vos razão nessa defesa. Um Parlamento que impõe o acatamento do princípio democrático faz um trabalho nobre e não merece nem críticas acerbas e injustificadas nem processos de intenções mal inspirados. Quero também prestar homenagem aos outros candidatos cabeças de lista que acrescentaram muita vivacidade ao nosso

debate democrático. Se a família política de um deles tivesse vencido o escrutínio, seria eu o primeiro a pedir a esta assembleia que lhe confiasse o mandato de designar a próxima Comissão.

O Parlamento e a Comissão são duas instituições comunitárias por excelência. Por conseguinte, é inteiramente normal que os Presidentes da Comissão e do Parlamento, por um lado, e o Parlamento e a Comissão, por outro, mantenham relações privilegiadas de trabalho e conceção. Seremos atores comunitários, não contra o Conselho Europeu ou contra o Conselho de Ministros. A Europa não se constrói contra os Estados nem contra as nações, que não são uma invenção provisória da História, mas entidades vocacionadas para durar. Ambos, Parlamento e Comissão, agiremos no interesse geral, e prezar-me-ia que o fizéssemos em conjunto.

O Conselho Europeu propõe o Presidente da Comissão — o que não faz deste seu secretário. A Comissão não é um comité técnico, composto por altos funcionários brilhantes às ordens de outra instituição. A Comissão é política, e eu quero-a mais política ainda. Será muito política. A sua composição deve refletir a pluralidade da maioria de ideias que se vai formando. Gostaria que o Conselho Europeu, logo que organize a sua arquitetura interna, se inspire no mesmo princípio.

O Presidente da Comissão é eleito pela vossa assembleia — o que não faz dele um mero executor de ordens. Não serei o ordenança do Parlamento Europeu. Mas não duvideis, por um só segundo, da minha vontade de pôr termo à função de um comissário ao qual tendes retirado a vossa confiança, nem da minha vontade de, em princípio, dar seguimento, por propostas legislativas, às vossas intervenções e aos vossos convites em tal sentido.

Do mesmo modo, o direito de questionar não será afetado. Permanecerá inalterado.

Vou pedir aos comissários que assistam mais amiúde aos momentos fortes dos trílogos importantes, e gostaria que o Conselho fizesse o mesmo. Farei com que o registo dos grupos de interesses seja público e obrigatório. Quero que os Europeus saibam quem veio ver esta ou aquela entidade, quem falou com esta ou aquela entidade, e gostaria que as outras instituições nos seguissem nessa forma de proceder.

Farei com que as regras processuais que enquadram as diversas autorizações relativas aos OGM sejam revistas. Não quero que a Comissão possa tomar decisões sem ter sido solicitada nesse sentido por uma maioria de Estados-Membros.

Como regra geral, renunciemos aos debates ideológicos que têm por único fim alimentar as divisões. Substituamo-los por debates virtuosos, assentes em convicções fortes e em ambições de longo alcance. Escolhamos o pragmatismo como método. Concentremo-nos em realizações concretas, que engendrem efeitos benéficos para todos os Europeus. Não cansemos quem nos observa com debates institucionais que nos afastam do essencial, a saber, do cidadão europeu. E peço aos governos que resistam mais frequentemente à tentação de criticar fronteiras adentro as decisões que tiverdes tomado conjuntamente em Bruxelas.

Se tiverdes dito «sim» em Bruxelas, não digais «não» alhures. Não digais, nunca mais, após uma reunião do Conselho, que obtivestes uma vitória e que os outros perderam. Na Europa, ganhamos em conjunto, e em conjunto perdemos.

A Europa tornou-se hermética, porque demasiadas vezes transformamos a sua descrição em caricatura. Renunciemos ao «umbiguismo» nacional. Na Europa, ajamos coletivamente: apliquemos o método comunitário. É exigente, sim, mas eficaz. Deu provas, e é mais credível do que as derivas intergovernamentais. Importa reabilitarmos o método comunitário.

A Europa perdeu credibilidade.

A distância entre a União Europeia e os seus cidadãos está a cavar-se. Só quem for realmente cego e surdo não o vê nem ouve.

A União Europeia padece, com muita frequência, de um défice de comunicação e, muitas vezes, vê-se obrigada a explicar melhor o que é a Europa.

A Europa precisa de uma agenda de amplas reformas.

O status quo não basta. Impõe-se um aprofundamento. É frequente as pessoas recearem reformas. Veem-nas como ameaça e fonte de riscos. Mas quem não corre riscos corre o maior risco. Devemos assumir riscos para tornar a Europa mais competitiva.

Enquanto União Europeia, perdemos já competitividade a nível mundial.

Perdemos terreno, devido ao nosso imobilismo. Temos de recuperar liderança.

A competitividade é muitas vezes confundida com cortes sociais tendenciosos, mas não é através da erosão social que obtemos competitividade. Obtemo-la por meio de uma abordagem multidimensional que torne a União Europeia um local atrativo — para as pessoas, para os investidores.

Aí se inclui também o princípio de que a economia tem de servir as pessoas, e não o inverso. A economia tem de servir as pessoas — o que exige que as regras do mercado interno não prevaleçam sobre as regras sociais, caso contrário estas reduzir-se-ão a normas mínimas. O mercado interno nem sempre tem prioridade automática; ao social cabe também o seu lugar na Europa.

Sou defensor convicto da economia social de mercado. «Prosperidade para todos», disse Ludwig Erhardt. «Prosperidade para uns poucos» não. «Prosperidade para todos» — este deve ser o lema da economia e da política social. Perante a crise, diz-se amiúde que a economia social de mercado falhou. Não, minhas Senhoras e meus Senhores, não foi a economia social de mercado que falhou. Quem falhou foram aqueles que, na mira do lucro, por ganância, adotando políticas de dinheiro fácil, infringiram as virtudes cardeais da economia social de mercado.

A economia social de mercado só funciona se houver diálogo social. O diálogo social tem sofrido durante os anos da crise. Há que relançá-lo, não só a nível nacional como também, e principalmente, a nível europeu. Quero ser um presidente do diálogo social.

Para travar as deslocalizações, é necessário crescimento — não programas conjunturais financiados pela dívida pública, com efeitos fugazes e, a prazo, sem impacto no mercado de trabalho. Precisamos é de um crescimento sustentável durante décadas. Precisamos de um pacote ambicioso para o emprego, o crescimento, o investimento e a competitividade. E porquê? Porque há muita gente na Europa que temos de trazer de volta à Europa, de volta às questões vitais. Os pacotes para o crescimento e para a competitividade, os programas de investimento, têm um único objetivo: colocar novamente as pessoas no centro da sociedade.

A União Europeia tem neste momento um 29.º Estado adentro das suas fronteiras: o Estado no qual residem as pessoas sem emprego; um Estado no qual os jovens passaram a ser desempregados; um Estado no qual presenciamos gente excluída, abandonada, deixada à sua conta. Gostaria que este 29.º Estado-Membro voltasse a ser um Estado-Membro normal. Proponho, pois, um programa ambicioso de investimentos. Até fevereiro de 2015, quero apresentar esse pacote de crescimento, investimento, competitividade e emprego.

É meu desejo que, durante os próximos três anos, mobilizemos 300 mil milhões de euros em investimentos públicos e, sobretudo, privados. Conseguí-lo-emos se eu obtiver o grato apoio do Parlamento Europeu nessa iniciativa. Conseguí-lo-emos mediante uma utilização seletiva dos Fundos Estruturais existentes e dos instrumentos presentes e futuros do Banco Europeu de Investimento. Precisamos de investimentos coordenados em projetos de infraestruturas; investimentos na banda larga, nas redes energéticas e nas infraestruturas de transportes dos centros industriais. Precisamos de uma reindustrialização da Europa. Precisamos igualmente de investimentos na indústria, na investigação e desenvolvimento, nas energias renováveis. As energias renováveis não são um domínio exclusivo de ecologistas bem-intencionados. As energias renováveis e a sua implantação são a condição incontornável para que a Europa de amanhã logre uma vantagem verdadeiramente duradoura, sólida e sustentável, em comparação com outros concorrentes à escala mundial.

Uma Europa com mais investimento é uma Europa com mais prosperidade e emprego. O investimento é o melhor aliado dos desempregados. Paralelamente, devemos reforçar a Garantia para a Juventude. Gostaria que subíssemos gradualmente o limite etário dos 25 para os 30 anos. O investimento só poderá ser bem orientado se nos empenharmos em reduzir a burocracia, sobretudo no que respeita às PME.

Os pequenos e médios empresários não têm a ver com o grande capital. São gente que trabalha arduamente e cria postos de trabalho. Precisamos de fazer mais por eles, em especial no tocante ao excesso de regulamentação e burocracia. Temos de tomar a sério a aplicação do princípio da subsidiariedade. Desde o Tratado de Maastricht, falamos da aplicação correta do princípio da subsidiariedade. Porém,

aplicamo-lo de forma insuficiente. Dedicamos mais tempo às palavras do que ao esforço para reduzir burocracias e garantir que a Comissão — e a União Europeia —, em vez de se imiscuírem em cada pormenor da vida dos cidadãos, tratem dos problemas europeus realmente importantes. Nem todos os problemas que há na Europa podem tornar-se problemas da União Europeia. É sobre as grandes questões que temos de nos debruçar.

Tudo isto, Senhor Presidente, deve naturalmente ser feito em conformidade com o Pacto de Estabilidade. Não alteraremos o Pacto de Estabilidade e Crescimento nos seus fundamentos. Foi o que o Conselho Europeu determinou, e eu mantereí essa decisão ao longo dos próximos anos.

A estabilidade foi uma das promessas na introdução da moeda comum. A estabilidade não é meramente um requisito para a adesão — é um requisito permanente. A estabilidade foi prometida, e a Europa não pode quebrar a sua promessa. Eu não a quebrarei.

Mas o Conselho Europeu declarou, acertadamente, que as margens de flexibilidade permitidas pelas reformas de 2005 e 2011 do Pacto de Estabilidade e Crescimento consistem em aproveitar plenamente a dimensão do Pacto de Estabilidade e Crescimento relativa ao crescimento. Fizemo-lo no passado e fá-lo-emos ainda mais no futuro. Quero, pois, sublinhar que o que empreendemos e conseguimos nos últimos anos não deve ser subestimado. Fui Presidente do Eurogrupo, e regozijo-me por já não o ser. Decididamente, não se tratou de um trabalho grato. Aliás, permito-me duvidar que o cargo para o qual hoje me candidato seja menos árduo. Porém, durante a crise do euro — que não foi uma crise da moeda única, mas sim uma crise da dívida — tivemos de reparar em pleno voo uma aeronave que estava a arder. Não foi fácil e nem sempre respeitou todas as exigências de um elevado sentido de Estado ou os imperativos de uma estética política sofisticada, mas conseguimos manter inteira a zona euro.

Há pouco mais de um ano, especuladores de todas as proveniências apostaram que a zona euro implodiria. Mas a zona euro não implodiu. Em muitas praças financeiras fizeram-se apostas de que a Grécia abandonaria o euro.

Fiz tudo, e disso me orgulho, por que a Grécia, esse povo empreendedor, essa grande nação, continuasse a ser membro da União Económica e Monetária Europeia.

Mas também cometemos erros. Reparar em pleno voo uma aeronave a arder não é tarefa fácil; de onde a onde, queimam-se os dedos.

Se futuramente voltar a haver programas de ajustamento — de resto, não vislumbro tal necessidade nos próximos anos —, gostaria que, antes da sua aplicação, fosse feita uma avaliação minuciosa do impacto social. Interessa-me saber que efeitos têm os programas de ajustamento na vida das pessoas.

De futuro, não poderá haver programas de ajustamento sem prévia análise dos impactos sociais.

Aquando de qualquer programa de ajustamento, importa que haja um plano alternativo, um plano B ao qual possamos recorrer se as previsões macroeconómicas falharem. Se em determinado país houver menos crescimento em consequência inerente de um programa de ajustamento, então é o programa de ajustamento que teremos de ajustar. Por isso, sou favorável à instituição, em paralelo, de um plano B.

Quero que repensemos o instrumento da Troica.

Em relatórios pertinentes, o Parlamento declarou que a Troica, tal como atualmente funciona, tem falta de substância democrática. Falta-lhe substância democrática; falta-lhe uma dimensão parlamentar. Temos de remodelar a Troica, de a tornar mais democrática, mais parlamentar e mais política. E fá-lo-emos.

Não podemos gastar dinheiro que não temos. Importa substituímos défices e dívidas por ideias. As ideias estão aí: devemos aproveitar melhor as oportunidades da tecnologia digital, que não conhece fronteiras; devemos eliminar os «silos» nacionais no domínio das telecomunicações, dos direitos de autor e das normas de proteção de dados; devemos eliminá-los no que respeita à gestão das ondas de rádio; devemos eliminar essas barreiras, esses entraves ao crescimento. As tarifas de itinerância na Europa têm de desaparecer, e vão desaparecer. Se formos bem-sucedidos na concretização de um verdadeiro mercado único digital, poderemos gerar 250 mil milhões de euros de crescimento adicional na Europa. Vamos consegui-lo.

Como tantas vezes se disse durante a crise ucraniana, precisamos de uma união para a energia, resiliente e com uma política relativa às alterações climáticas orientada para o futuro. Temos de reorganizar a política energética da Europa numa nova União Europeia da Energia. Precisamos de congregar recursos, combinar infraestruturas e unificar o nosso poder de negociação face a países terceiros. Temos de diversificar as nossas fontes de energia e reduzir a elevada dependência energética de alguns dos nossos Estados-Membros.

Quero que a União Europeia se torne o número um mundial em fontes de energia renováveis. Vamos contribuir significativamente para melhorar a eficiência energética para além do objetivo de 2020, nomeadamente no que se refere aos edifícios. Um objetivo vinculativo de 30% para a eficiência energética até 2030 é para mim o mínimo, se quisermos ser credíveis e ter uma visão de futuro. Não podemos arrogar-nos um papel de vanguarda na política para as alterações climáticas, se não nos tornarmos mais credíveis no que toca à eficiência energética.

O mercado interno tem de ser concluído. Se tivermos êxito nesse empreendimento, acrescentaremos 200 mil milhões de euros à economia europeia. Temos de o fazer.

Temos de complementar as novas regras europeias para os bancos com uma União dos Mercados de Capitais. Para melhorar o financiamento da nossa economia, devemos continuar a desenvolver e a integrar os mercados de capitais, o que reduzirá o custo da mobilização de capital, nomeadamente para as pequenas e médias empresas.

A livre circulação dos trabalhadores foi sempre um dos pilares fundamentais do mercado interno. Defenderei esse princípio.

A livre circulação não é uma ameaça, mas sim uma oportunidade. As regras não serão alteradas. Caberá às autoridades nacionais combater os abusos e os pedidos fraudulentos. Darei início a uma revisão específica da Diretiva relativa ao Destacamento de Trabalhadores e da sua aplicação. Temos de combater o dumping social, e combatê-lo-emos.

Vou combater a evasão e a fraude fiscais. Sou a favor da adoção, a nível da União Europeia, de uma base fiscal consolidada comum para as empresas e de um imposto sobre as transações financeiras. Temos de combater o branqueamento de capitais, e combatê-lo-emos.

No que respeita à União Económica e Monetária, gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de que ainda não saímos da crise.

A crise não terminou.

Não terá terminado enquanto houver 25 milhões de homens e mulheres no desemprego. A crise estará ultrapassada quando for restabelecido o pleno emprego. Para tal, é necessário coordenarmos melhor as nossas políticas económicas. Temos de instituir uma governação económica. E instituí-la-emos. Devemos continuar a ser exigentes no que concerne à necessária execução das reformas estruturais que, a médio prazo, contribuirão para o crescimento da economia europeia. Quando os Estados-Membros da União Económica e Monetária fizerem esforços especiais, impor-se-á refletirmos em incentivos financeiros que acompanhem esse processo. Impor-se-á, neste contexto, ponderarmos a criação de uma capacidade orçamental própria para a zona euro.

Temos de pôr fim ao ridículo de nos fazermos representar como uma das moedas mais fortes do mundo por uns tantos representantes que, muitas vezes, se contradizem. Gostaria que a União Económica e Monetária e o euro fossem representados por uma só cadeira, um só lugar, uma só voz, nas instituições de Bretton Woods.

A referência a Bretton Woods leva-me aos Estados Unidos. Gostaria de vos dizer uma palavra sobre o acordo de comércio livre com este país. Sou pela celebração desse acordo. Acredito que os dois espaços económicos mais vastos, as duas maiores democracias do planeta podem conjugar a sua força no interesse simultâneo dos Americanos e dos Europeus. Dito isto, o acordo não será celebrado a qualquer preço. Não podemos abandonar os nossos padrões sanitários. Não podemos abandonar os nossos padrões sociais. Não podemos abandonar as nossas exigências no que toca à proteção de dados. Não quero que a proteção de dados entre na negociação com os nossos amigos americanos. E não quero que criemos jurisdições paralelas e secretas. Somos espaços de direito, pelo que, tanto nos Estados Unidos como na Europa, apliquemos o direito.

Empenhemo-nos em que estas negociações se rodeiem da máxima transparência. Digo-vos o seguinte: se não publicarmos os documentos aferentes — não me refiro

aos documentos sobre as estratégias de negociação — este acordo gorar-se-á. Gorar-se-á perante a opinião pública, perante este Parlamento, perante os parlamentos nacionais, caso venha a existir um acordo misto. Sejam, pois, mais transparentes, porque nada temos a esconder. Não dêmos a impressão de ocultar algo, trabalhem com transparência e tornemos públicos os documentos pertinentes.

A União Europeia é uma união de valores. Seremos credíveis para o resto do mundo se, no nosso seio, formos exigentes quanto a valores fundamentais. Nomearei um comissário responsável pela aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais. Quero que a UE adira o mais rapidamente possível à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, do Conselho da Europa.

A diretiva antidiscriminação permanecerá na ordem de trabalhos e vou tentar convencer o Conselho a adotá-la o mais rapidamente possível, pelo menos nas suas linhas gerais.

A imigração legal e a imigração ilegal são assuntos que, quase diariamente, afetam os nossos concidadãos. Precisamos de uma política comum sobre o asilo, e eu vou propô-la. Devemos refletir sobre a imigração legal, de que a Europa vai necessitar agudamente nos próximos cinco anos. Sigamos o modelo adotado pelos Estados Unidos, pelo Canadá ou pela Austrália. Podemos conseguir o que eles têm feito desde sempre.

É imperioso que protejamos as nossas fronteiras externas. Protejamos, pois, as nossas fronteiras externas. Combatamos os grupos criminosos que ganham dinheiro com o infortúnio alheio. Àqueles que desejam vir para o nosso espaço, ajudemo-los ainda nos seus locais de origem, antes de tomarem o barco para atravessar o Mediterrâneo. E forcejemos por uma maior solidariedade entre o Norte e o Sul da Europa. A imigração ilegal, o problema dos refugiados, não são problemas de Malta, de Chipre, da Itália ou da Grécia — são problemas da Europa inteira.

Em matéria de política externa, não quero alongar-me muito. Precisamos urgentemente de uma política externa e de segurança comum. Considero que o Alto Representante não pode voltar a ser travado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE — e vou empenhar-me em consegui-lo. Uma política externa comum exige igualmente um rosto único para o exterior.

O Alto Representante, a quem incumbe um vasto campo de ação, terá o apoio de comissários responsáveis por várias pastas.

No tocante à defesa, não está em questão contrapor a União Europeia à NATO. Ambas devem colaborar mutuamente e agir em unísono. No domínio da defesa, precisamos de uma cooperação reforçada, tal como o Tratado de Lisboa prevê. Em matéria de contratos públicos, devemos obter o que precisamos através de uma maior cooperação, e não uns contra os outros.

Nos próximos cinco anos, não haverá novas adesões à União Europeia. Neste momento, é impensável que qualquer dos países candidatos com os quais estamos a negociar consiga cumprir os critérios de adesão, na globalidade e em pormenor, até 2019. No entanto, as negociações prosseguem, e há mais países do nosso continente que carecem de uma perspetiva europeia credível e honesta. É, em especial, o caso dos Balcãs Ocidentais. Esta martirizada região da Europa carece da perspetiva europeia — de contrário, os velhos demónios despertarão novamente.

Gostaria de vos ter podido falar mais detalhadamente da política industrial que devemos criar na Europa para aumentar a parte relativa da indústria no PIB europeu até 20%. Gostaria de vos ter podido falar mais detalhadamente da Ucrânia, cujo povo quero hoje saudar e dizer-lhe que, em nossa opinião, é um povo europeu, com o seu lugar na Europa.

Gostaria de vos ter podido explicar mais detalhadamente por que motivo considero necessário que, em todos os países da União Europeia, instituíamos salários sociais mínimos e rendimentos mínimos de inserção garantidos. Envidaremos esforços nesse sentido.

Gostaria de vos ter podido transmitir a minha convicção de que os serviços de interesse geral e os serviços públicos devem ser salvaguardados e não podem estar à mercê de caprichos ocasionais. Defendamos o serviço público na Europa!

Gostaria de vos ter podido falar da África, dessa África tantas vezes desafortunada, tantas vezes esquecida. Mas também da África rica em recursos, e particularmente em recursos humanos. Não esqueçamos a África, procuremos fazer cessar este escândalo, esta tragédia, este drama, diariamente repetido, de, a cada seis segundos, um homem morrer de fome e 25 000 crianças perecerem por dia devido à fome. Enquanto morrerem de fome, diariamente, 25 000 crianças, a Europa não terá concluído a sua obra. A Europa tem a responsabilidade de mudar esta situação.

Precisamos de um novo ponto de partida; vamos ter de ouvir aqueles que no dia 25 de maio nos falaram. Mas o momento não é de revolução. Tampouco é de contrarrevolução. Se queremos que os Europeus se apaixonem novamente pela sua Europa, digamos-lhes que temos orgulho na Europa. Digamos-lhes que temos orgulho em muito do que fizemos ao longo das últimas décadas.

Afirma-se frequentemente que a questão da guerra ou da paz já não se coloca. Ora, o diálogo pouco virtuoso entre a guerra e a paz continua a ser uma questão europeia. Acabamos de descobrir na periferia da UE que a paz não é um dado adquirido no continente europeu.

Tenhamos orgulho na geração dos nossos pais e mães, na geração dos nossos avós, que, de regresso dos campos de batalha e dos campos de concentração, fizeram do voto «guerra nunca mais» — que eternamente se segue às guerras — um programa político que, até hoje, demonstra os seus benefícios. Temos uma dívida para com os nossos pais.

Orgulhamo-nos de ter logrado, nos anos 90, assegurar o alargamento, de ter reconciliado a história e a geografia europeias, de ter posto fim àquela funesta sentença do pós-guerra segundo a qual a Europa deveria ficar dividida em duas para sempre. Reunificámos, sem armas mas com convicção, a geografia e a história europeias, pelo que quero prestar homenagem a todos os que, na Europa Central e Oriental, decidiram um dia tomar a História nas suas mãos. Não mais sofrer a História, mas sim fazerem-na eles mesmos. Deixemos de falar de antigos e novos Estados-Membros. O que há são Estados-Membros, nem novos nem antigos!

E orgulhamo-nos de ter instituído a moeda única. A moeda única não divide a Europa — protege-a.

Fui ministro das Finanças do meu país durante vinte anos. De seis em seis meses, tinha de me deslocar a Bruxelas para assistir a realinhamentos monetários. De seis em seis meses, testemunhava, ao vivo e a cores, até que ponto a desordem monetária era perigosa para a economia europeia. Testemunhei numerosíssimas vezes a perda de dignidade de um Estado que, por não conseguir permanecer competitivo, se via obrigado a desvalorizar a sua moeda. Assisti, com amargura, a cenas terríveis, em que aqueles que deviam aumentar o valor externo da sua moeda não queriam fazê-lo, por temerem perder mercados, e em que aqueles que deviam desvalorizá-la não ousavam fazê-lo, receando uma incursão maciça, um regresso desordenado da inflação.

Se durante os acontecimentos da Ucrânia, se durante a crise económica e financeira que nos atingiu e que fez da Europa o epicentro de uma batalha mundial, estivéssemos ainda no sistema monetário europeu, a Europa estaria hoje em guerra monetária. França contra Alemanha, Alemanha contra Itália, Itália contra Portugal e Espanha, todos contra todos. O euro, a sua disciplina e as suas ambições permitem-nos conhecer uma ordem monetária que nos protege. O euro protege a Europa.

A Grécia não pretendia abandonar a zona euro. E nós não queremos que a Grécia saia da zona euro.

Se não tivéssemos feito o que fizemos durante as últimas décadas, se não tivéssemos tornado a Europa um continente de paz, se não tivéssemos reconciliado a história e a geografia da Europa, se não tivéssemos concretizado a moeda única e se não tivéssemos construído na Europa o maior mercado interno do mundo, em que situação nos encontraríamos hoje? Estaríamos desamparados, desarmados, debilitados, sem meios de defesa. Atualmente, graças ao trabalho e às convicções dos nossos predecessores, a Europa é um continente que permite aos seus habitantes viverem em paz e com relativo bem-estar.

Não quero uma Europa instalada nas bancadas da História. Não quero uma Europa que fique a ver os outros fazerem, agirem, avançarem. Quero uma Europa em posição central, a jogar ao ataque, uma Europa que ganhe, proteja, exista e seja um modelo para os outros. Para isso, inspiremo-nos nos princípios e nas convicções legados pelos grandes Europeus, que já cá andavam quando nós ainda nem existíamos. Quero prestar aqui homenagem a Jacques Delors, grande Presidente da Comissão. Não é Delors quem quer, mas Delors é meu amigo e meu mestre, e a

sua obra inspirar-me-á todos os dias. Quero prestar homenagem a François Mitterrand, que afirmou que os nacionalismos conduzem à guerra. Mitterrand tinha razão.

E quero prestar homenagem a Helmut Kohl, o maior Europeu que tive oportunidade de conhecer em toda a minha vida.

Façamos como eles: tinham paciência, coragem, determinação. Tenhamos a mesma coragem, a mesma determinação, a mesma paciência. Aquela coragem, aquela paciência, aquela determinação que os longos trajetos e as grandes ambições impõem.

Podemos fazer grandes coisas em conjunto, pela Europa, pelos seus cidadãos, pelo mundo.

Obrigado pela vossa atenção.

Jean-Claude Juncker
Presidente eleito da Comissão Europeia

**Pôr a Europa em movimento:
principais mensagens do discurso do
Presidente eleito Jean-Claude Juncker
perante o Parlamento Europeu**

Declaração na sessão plenária do Parlamento Europeu
antes da votação sobre o Colégio de Comissários

Estrasburgo, 22 de outubro de 2014

Pôr a Europa em movimento: principais mensagens do discurso do Presidente eleito Jean-Claude Juncker perante o Parlamento Europeu

Declaração na sessão plenária do Parlamento Europeu antes da votação sobre o Colégio de Comissários

Passar à ação

«Da Ucrânia até à Síria, passando pelo Médio Oriente e o Norte de África, os países nossos vizinhos continuam muito frágeis e instáveis. As vagas de imigrantes que chegam às fronteiras externas da Europa em busca de um futuro melhor recordam-nos a necessidade de conciliar a solidariedade com a exigência de fronteiras seguras. As ameaças sanitárias transnacionais, como a epidemia de ébola, também fizeram crescer compreensivelmente o medo junto dos cidadãos.

Não podemos atuar como se estes problemas crescentes não existissem e não o faremos. Não podemos fechar os olhos para a realidade e não o faremos. É por esta razão que gostaria de insistir que chegou a hora de a Europa passar à ação. Foi por isso que declarei de forma veemente e inequívoca perante esta Assembleia que os problemas da Europa não podem ser relegados para segundo plano.»

Acabar com as mentalidades de capelinhas

«Quando apresentei a minha nova equipa, em 10 de setembro, tinha por objetivo mostrar resultados de forma rápida e eficaz. É esta a razão pela qual a minha Comissão não só parecerá diferente, mas também trabalhará de outro modo: não como uma soma de partes, mas como uma equipa, não em capelinhas com fronteiras entre grupos e setores, mas como um órgão colegial e político. Quero uma Comissão política e executiva ao serviço do bem comum e dos cidadãos europeus.»

Responder às preocupações

«As audições revelaram um amplo consenso em torno da equipa que apresentei. Foram expressas, contudo, igualmente algumas preocupações, durante as audições e nos vossos contactos comigo. Estou pronto a dar rapidamente resposta a questões que considerem relevantes para o funcionamento da nova Comissão.

Ouvi com muita atenção as Senhoras e os Senhores Deputados e explicarei resumidamente a forma como tenciono tratar as preocupações que manifestaram sobre várias questões:

1. A nova Comissária eslovena, Violeta Bulc, terminou a sua audição em tempo recorde. Tal foi possível graças à redistribuição rápida das pastas. Violeta Bulc será **responsável pelos transportes**, enquanto Maroš Šefčovič, um membro experiente da Comissão ainda em exercício, será o Vice-Presidente responsável pela **União da Energia**.
2. Decidi alargar o mandato de Frans Timmermans para incluir a responsabilidade horizontal pelo **desenvolvimento sustentável**. Como é do conhecimento dos Senhores Deputados, o desenvolvimento sustentável é um

princípio consagrado nos Tratados da União Europeia (artigo 3.º do TUE) e, por conseguinte, deve ser tido em conta por todas as instituições em todas as suas ações e políticas. É um domínio que faz igualmente parte integrante da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, de que Frans Timmermans tem a responsabilidade horizontal. A sustentabilidade e as preocupações ambientais são importantes para os nossos cidadãos. Dispomos dos instrumentos necessários para responder a essas preocupações na nova Comissão graças a pastas fortes em matéria ambiental que beneficiam de orçamentos consideráveis e de poderes regulamentares sólidos.

3. A responsabilidade pelos **medicamentos e produtos farmacêuticos** continuará a ser da Direção-Geral da Saúde, pois partilho a opinião dos Senhores Deputados de que os medicamentos não são uma mercadoria como outra qualquer. A política na matéria será da responsabilidade conjunta de Vytenis Andriukaitis e Elżbieta Bieńkowska, que revelou toda a sua aptidão aquando da respetiva audição.

4. A **política espacial** pode contribuir significativamente para aprofundar o desenvolvimento de uma base industrial sólida na Europa, que constitui uma das prioridades da minha Comissão. Esta é a razão porque decidi manter este domínio na esfera de competência da Direção-Geral do Mercado Interno e da Indústria, sob a responsabilidade da muito competente Elżbieta Bieńkowska.

5. Por último, decidi colocar o domínio da **Cidadania** sob a responsabilidade de Dimitris Avramopoulos, Comissário encarregado da Migração e dos Assuntos Internos — questões de especial interesse para os cidadãos da Europa -, que trabalhará em estreita cooperação sobre esta matéria com a Comissária da Justiça e dos Consumidores, Vera Jourova. Gostaria, ao mesmo tempo, de reiterar a minha confiança a Tibor Navracsics, que realizou uma excelente audição e demonstrou o seu forte empenhamento europeu, motivo pelo qual o consideraram digno de ser Comissário indigitado.»

Litígios entre investidores e Estados

Tomei nota dos intensos debates sobre a questão da resolução de litígios entre investidores e Estados (RLIE), realizados no âmbito das negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). Permitam-me reafirmar claramente a minha posição sobre esta questão, que já expressei em 15 de julho perante esta Assembleia e que poderão consultar nas minhas Orientações Políticas: a minha Comissão não aceitará que a competência dos tribunais dos Estados-Membros da UE seja limitada por regimes especiais aplicáveis no quadro do mecanismo de resolução de litígios entre investidores e Estados. O Estado de direito e o princípio da igualdade perante a lei devem ser aplicáveis igualmente neste contexto.

O mandato de negociação prevê um certo número de condições que devem ser respeitadas por um regime deste tipo, bem como uma avaliação das suas relações com os tribunais nacionais. Não existe, portanto, qualquer obrigação a este respeito: o mandato deixa a questão em aberto e serve de orientação.

Estava convicto de que o meu compromisso sobre este ponto era muito claro, mas tenho todo o prazer em o clarificar e reiterar hoje e aqui, a pedido de um certo

número de entre vós: no acordo que a minha Comissão apresentará em última instância a este Parlamento para aprovação não haverá qualquer disposição que limite o acesso das partes aos tribunais nacionais ou que permita que instâncias secretas tenham a última palavra nos litígios entre investidores e Estados.

Pedi a Frans Timmermans, na sua qualidade de primeiro Vice-Presidente encarregado da pasta do Estado de direito e da Carta dos Direitos Fundamentais, para me aconselhar sobre esta questão. **Não haverá qualquer cláusula sobre litígios entre investidores e Estados no TTIP se Frans Timmermans também se lhe opuser.**

Estou confiante de que, com o vosso apoio, possamos negociar um acordo comercial ambicioso com os EUA neste sentido, no pleno respeito dos interesses europeus e do Estado de direito.

Diminuir o défice do investimento

«Gostaria de clarificar desde já que a minha Comissão, à semelhança de todas as que a precederam, tratará os Estados-Membros em pé de igualdade. Mas que seremos duros se a situação o exigir. **Chegou o momento de alcançarmos um verdadeiro 'grande pacto', uma ampla coligação de países e principais partidos políticos que trabalharão em conjunto na elaboração de uma estrutura de três pilares: reformas estruturais, credibilidade orçamental e investimentos.**

A resposta aos atuais desafios económicos não pode ser a de uma abordagem do topo para a base. Não acredito em milagres: não existe em Bruxelas uma solução milagrosa ou um botão para impulsionar o crescimento. As reformas estruturais, a credibilidade orçamental e os investimentos a nível nacional e da UE têm de andar a par.»

«O nível de investimento na UE diminuiu em cerca de 500 mil milhões de euros, ou seja 20 %, após o seu último pico registado em 2007. **Confrontamo-nos com um défice de investimento que devemos ultrapassar.**

A Europa pode contribuir para que tal aconteça. Como é do vosso conhecimento, pretendo apresentar um ambicioso conjunto de medidas de investimento no montante de 300 mil milhões de euros para relançar o emprego, o crescimento e a competitividade.

Não posso anunciar desde já todos os elementos que este pacote integrará. Como poderia fazê-lo quando a minha nova equipa ainda nem sequer se reuniu para o debater?

Terão apenas de me manifestar um pouco de confiança. Têm a minha palavra de que a minha Comissão começará a trabalhar noite e dia a partir do momento em que assumir funções.

Se nos derem o vosso apoio hoje, apresentaremos esse conjunto de medidas até ao Natal. Não se trata de uma promessa, é uma afirmação.»

Primeiras iniciativas legislativas da Comissão Juncker

«Todos os dias, a Europa está a **desaproveitar o grande potencial do nosso grande mercado único digital.** Os empregos que deveriam existir não estão a ser

criados. As ideias, que são o ADN da economia europeia, não se concretizam na medida do necessário. Incumbe-nos mudar esta situação para melhor.»

«No mundo de amanhã, cada vez mais competitivo, a Europa só poderá prosperar se **agirmos corretamente na criação da União da Energia**.

Na perspetiva dos debates que se irão realizar nos próximos dias sobre este tema, trabalharei em conjunto com os Estados-Membros no sentido de chegarmos a um acordo no Conselho Europeu para que possamos ir a Paris com um mandato claro. Importa agir na mesma direção para obtermos progressos.»

Conclusão

«No momento em que os cidadãos perdem a fé nas nossas instituições, em que os extremistas de esquerda e de direita não cessam de nos atacar à medida que ganham terreno e em que os nossos concorrentes assumem atitudes desafiadoras a nosso respeito, é altura de insuflar uma nova vida ao projeto europeu.

Enormes desafios nos esperam. Temos de ser nós a dar forma a esses desafios. Se queremos ter um papel a desempenhar no futuro, é a partir de agora que temos de atuar. Cabe-nos assegurar que o cunho do modelo social europeu se inscreve claramente em cada uma das nossas ações, pois a Europa é o escudo protetor comum a todos aqueles que têm a sorte de pertencer a este magnífico continente.

Perante vós, nesta Assembleia que representa o estandarte de democracia europeia, **apelo-vos solenemente a que coloquem a Europa de novo em movimento.**»

Tempo de agir

Alocação na sessão plenária do Parlamento Europeu antes da votação sobre o Colégio

Estrasburgo, 22 Outubro 2014

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

No discurso que tive a honra de pronunciar neste hemiciclo em 15 de julho, apresentei-vos as orientações gerais que inspiram o meu trabalho e os direitos que o Tratado confere ao Presidente indigitado da Comissão.

Não se tratou de um mero exercício de estilo: foi a apresentação de programas, de projetos, de conteúdos e de ambições.

Os Comissários que constituirão o meu Colégio, se receberem a investidura desta assembleia, estão vinculados por essas orientações gerais. Dos Comissários não pretendo uma obediência cega. Como referi em Bruxelas, quando apresentei o Colégio: na minha idade não se começa uma carreira de ditador. Gostaria que os Comissários se sintam livres. Ao Presidente indigitado da Comissão foi solicitado que envidasse todos os esforços necessários para formar um Colégio político; por conseguinte, deve respeitar-se o facto de os Comissários terem as suas opiniões políticas e, através da sua reflexão, contribuírem para o debate a nível da Comissão. Fui eleito Presidente da Comissão com base num programa que me vincula ao Parlamento Europeu: tenho um contrato com V. Ex^a, Senhor Presidente, e com o Parlamento Europeu, e tenciono respeitar os termos do contrato que vos apresentei neste verão.

A Comissão que assumirá funções, se este parlamento estiver de acordo, em 1 de novembro, sucederá à Comissão de José Manuel Barroso, que foi Presidente da instituição durante dez anos. Gostaria de prestar aqui homenagem a José Manuel Barroso que foi Presidente durante um período verdadeiramente difícil: a Comissão Barroso teve de gerir a crise económica e financeira e as suas consequências; a Comissão Barroso foi capaz de integrar nos múltiplos mecanismos da União, treze novos Estados-Membros. Considero que José Manuel Barroso fez um bom trabalho, embora tenha sido frequentemente criticado de um modo que, por vezes, me pareceu mesquinho. José Manuel Barroso prestou os seus leais serviços à Europa e gostaria de lhe agradecer o extraordinário trabalho que realizou.

Em julho prometi formar uma Comissão política; anunciei-vos que a próxima Comissão seria política, que seria mesmo muito política, em linha com o desejo, por assim dizer, ecuménico, que muitos de vós manifestastes. A Comissão não é um batalhão de altos funcionários anónimos: os diretores-gerais, todos competentes, devem obedecer aos Comissários e não o contrário.

Tudo fiz, portanto, para ter «pesos pesados» indigitados como membros da Comissão pelos governos e pelo Presidente indigitado.

Os homens e as mulheres que compõem o meu Colégio exerceram funções importantes nos respetivos países, funções de alta responsabilidade. A Comissão será composta de quatro ex-primeiros-ministros, dezanove ex-ministros, três ex-ministros dos Negócios Estrangeiros, vários ex-ministros das Finanças, sete Comissários cessantes e oito Comissários que já foram deputados do Parlamento Europeu: uma formação que prova a vocação eminentemente política desta Comissão.

Prometi-vos uma Comissão mais política e a sua composição revela que será mais política do que as precedentes. Em julho tinha-vos prometido uma Comissão mais eficaz, um desejo partilhado, mais uma vez, pela maioria dos deputados que formam esta assembleia. Decidi reorganizar a arquitetura da Comissão, optando por nomear, algo que nunca tinha sido feito anteriormente, um primeiro vice-presidente, Frans Timmermans, que desejaria saudar muito particularmente esta manhã.

Fiz esta opção não só porque o conheço desde há muito tempo, mas também para conferir à Comissão o equilíbrio político que a indigitação dos diferentes Comissários concretizou de forma não inteiramente satisfatória. Li em grande parte da imprensa europeia que Frans Timmermans será o meu braço direito. Espero que, de vez em quando, possa também ser o meu braço esquerdo, mas tal será difícil.

Nomeei vários Vice-Presidentes: nomeei Vice-Presidente, uma vez que o Tratado o prevê, a Alta Representante; também nomeei como Vice-Presidente a Comissária responsável pelo Orçamento, pois a elaboração e a execução do orçamento são de facto transversais por natureza; solicitei igualmente aos ex-primeiros-ministros que exercessem funções coordenadoras a nível do Colégio. Os primeiros-ministros estão familiarizados com a difícil função de coordenar os trabalhos dos outros. Por vezes com sucesso, outras vezes não, mas conhecem seguramente a matéria quando se trata de coordenação. Solicitei, portanto, àqueles que exerceram funções de primeiro-ministro que fossem Vice-Presidentes da Comissão. Decidi confiar a Frans Timmermans a aplicação do princípio da subsidiariedade: a *desregulamentação*. Trata-se de uma questão importante. Afirmámos, e prometemos aos eleitores e aos cidadãos europeus, que transformaremos a Europa numa máquina, numa instância, numa ambição, numa fábrica, que se ocupará dos grandes problemas e que abandonará os pequenos temas, que podem ser mais bem resolvidos nos Estados-Membros respetivos e a nível local. Frans Timmermans assegurará o respeito dos princípios da qualidade da regulamentação, a chamada *better regulation*. É um trabalho exigente que envolverá todos os Comissários, uma vez que todos estes devem participar neste esforço de relançamento da União Europeia, dos seus reflexos e comportamentos políticos. Decidi confiar igualmente a Frans Timmermans o domínio do desenvolvimento sustentável, uma ambição importante, um projeto a longo prazo e uma preocupação que deve ser diária. Não me foi possível aceitar a proposta da Comissão do Ambiente deste Parlamento no sentido de a competência pelo desenvolvimento sustentável ser atribuída ao Vice-Presidente responsável pelo Crescimento e o Investimento. Preferi atribuir este aspeto particularmente importante da nossa ação coletiva a Frans Timmermans, pois já na Carta dos Direitos Fundamentais, de cuja observância dependerá em grande medida o trabalho de

Frans Timmermans, está previsto o respeito do desenvolvimento sustentável, tal como no artigo 3.º do Tratado.

Os Vice-Presidentes que escolhi serão responsáveis pelas prioridades da Comissão que vos apresentei em julho último. Um Vice-Presidente será responsável pela União da Energia, em todas as suas dimensões, incluindo as energias renováveis e as energias alternativas; um Vice-Presidente será responsável pelo Crescimento e o Investimento; um Vice-Presidente será responsável pelo Mercado Único Digital e um Vice-Presidente será encarregado do Euro e Diálogo Social. Não se trata de pequenos chefes que darão ordens aos outros Comissários, porque na Comissão a lei é igual para todos os Comissários: trata-se de Vice-Presidentes de projetos, de coordenadores, de animadores, de congregadores, de organizadores de ideias e de iniciativas. Ao ouvir as audições parlamentares e ao ler a parte virtuosa da opinião pública publicada, reparei nas muitas dúvidas e interrogações que suscitam estes seres desconhecidos que são os Vice-Presidentes coordenadores dos trabalhos da Comissão. Fiquei bastante surpreendido com esta constatação. Todos me tinham dito que a Comissão devia funcionar de forma mais eficaz. Todos ou quase todos tinham deplorado o facto de o Colégio ser composto por 28 Comissários (um por país), acabando por concluir que era um número excessivo. Pelo meu lado, tinha a opção entre uma revisão da arquitetura organizativa ou a fragmentação das competências de modo a distribuí-las entre os 28 comissários. A alternativa era simples: escolher a fragmentação e a distribuição das competências próprias à Comissão entre os 28 comissários, trabalhando cada um de forma isolada, ocupando-se cada um da sua capelinha e das suas pequenas competências, ou optar por comissários que trabalham sob a égide adequada dos Vice-Presidentes que coordenarão os seus trabalhos. Se pretendiam uma Comissão decalcada do passado, deveriam tê-lo dito. Mas se, pelo contrário, pretendem uma Comissão mais eficaz, uma Comissão capaz de assegurar as grandes ambições da Europa e que as organiza e estrutura, então não há outra alternativa senão confiar a alguns Vice-Presidentes a aplicação das grandes prioridades políticas da Comissão.

Vou dar-vos dois exemplos: temos um Vice-Presidente para o Euro e o Diálogo Social e um Comissário para os Assuntos Económicos, Financeiros e a Fiscalidade, e ainda outro Comissário para os Assuntos Sociais. E temos o Semestre Europeu. É evidente que o Vice-Presidente competente deve coordenar as iniciativas da Comissária responsável pelos Assuntos Sociais e do Comissário responsável pelos Assuntos Económicos e Financeiros. O Semestre Europeu não é unicamente um semestre económico e financeiro. O Semestre Europeu, com as recomendações por país que a Comissão formulará, deve necessariamente ter em conta os aspetos sociais da construção económica e monetária da Europa.

Há todo um debate em torno da questão do «tríplo A». Todos querem o «tríplo A» que, de facto, na zona euro, é apenas apanágio de dois países: a Alemanha e o Luxemburgo. A Alemanha tem boas possibilidades de o manter, enquanto para o Luxemburgo, há que esperar para ver. Pessoalmente, gostaria que a União Europeia recuperasse e merecesse outro tipo de «tríplo A». Gostaria que a Europa tivesse o «tríplo A» social: o «tríplo A» social é tão importante como o «tríplo A» económico e financeiro.

Foi indigitado um Vice-Presidente para o Crescimento e o Investimento. Coordenará a ação de todos os Comissários que contribuirão para a política de crescimento e de investimento: a Comissária responsável pelos Transportes, o Comissário responsável pela Economia Digital, de novo o Comissário responsável pelos Assuntos Económicos, Financeiros e a Fiscalidade, a Comissária com o pelouro do Emprego e dos Assuntos Sociais, o Comissário responsável pela realização da União dos Mercados de Capitais, a Comissária responsável pelo Mercado Interno e assim por diante.

Para poder apresentar aos europeus e portanto, em primeiro lugar, a este Parlamento, um pacote de investimentos ambicioso, será necessário que alguém o organize. Como este pacote implicará a conjugação de várias competências e como há vários comissários que devem convergir as suas diferentes políticas para um centro comum, os trabalhos deverão logicamente ser coordenados por um Vice-Presidente. Quero pôr termo aos compartimentos estanques, quero abandonar esse estilo de governação que consiste em cada comissário trabalhar no seu canto; quero pôr termo à mentalidade de capelinhas que muitas vezes se pode observar na forma de trabalhar da Comissão.

Gostaria de chamar a vossa atenção para um aspeto que escapou praticamente a todos os comentadores: nesta nova arquitetura, o grande perdedor sou eu próprio... Pela simples razão de que deleguei nos Vice-Presidentes grande parte das minhas prerrogativas presidenciais. É inútil criar vice-presidências de projetos se o Presidente continuar a agir à frente da Comissão como no passado. Mas gostaria de deixar claro o seguinte: para que um ponto seja incluído na ordem do dia da Comissão, tenciono obter primeiramente a aprovação e o acordo do Vice-Presidente responsável pela coordenação respetiva. Recordo, porém, sem que tal seja uma ameaça, que aquele que delega as suas prerrogativas pode também, se necessário, recuperá-las. Quanto ao resto, os Vice-Presidentes são responsáveis pelos trabalhos que, até agora, tinham sido uma prerrogativa do Presidente da Comissão.

Em julho prometi que tudo faria para que as mulheres estivessem adequadamente representadas na nova Comissão: temos nove Comissárias femininas, ou seja, o mesmo número que compunha a Comissão Barroso. Tive de desenvolver muitos esforços para que os governos nacionais me propusessem nove candidaturas femininas. No final de julho, duas semanas após a minha apresentação a este hemiciclo, as mulheres indigitadas pelos governos eram três. Tive de convencer muitos governos a enviarem candidaturas de mulheres e tive de recusar numerosos candidatos masculinos, que não citarei expressamente, para não embaraçar os chefes de governo que consegui convencer a proporem uma mulher para o cargo de comissária. Mas, vendo bem, nove mulheres em 28 comissários continua a ser número irrisório.

Assim sendo, como todos nós somos, em princípio, membros de um partido político nacional, como, em princípio, todos nós conhecemos os nossos primeiros-ministros, comecemos desde amanhã a sensibilizar os governos nacionais para esta questão. E afirmo-o com um certo embaraço, pois o Luxemburgo não indigitou uma mulher: fá-lo-á certamente na próxima vez, pois Viviane Reding foi Comissária durante quinze anos.

Caros amigos, no debate que tivemos em julho, afirmei que acompanharia as audições com grande atenção. E como poderia ser de outra forma? Segui com interesse variável, devo confessar, as audições parlamentares, 29 no total. Em julho, afirmei que a Comissão não é o secretário-geral do Conselho Europeu ou do Conselho de Ministros e que não seria o laçao do Parlamento Europeu. Contudo, ouvi as vossas palavras e tirei um certo número de conclusões das audições realizadas sob os nossos olhos. Foi necessário substituir a candidata proposta pela Eslovénia por outra Comissária eslovena, a quem decidi atribuir o importante pelouro dos transportes. Uma vez que não me interessava pôr em causa a arquitetura de base da Comissão, decidi atribuir a União da Energia a Maroš Šefčovič, que nos últimos anos foi já Vice-Presidente e tem, por conseguinte, uma ideia sobre as possíveis implicações do trabalho de coordenação que espero da sua parte. Já referi que propus ao meu amigo Frans Timmermans aditar às suas competências todas as políticas relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Ouvi com muita atenção todos os que lamentaram o facto de ter transferido as competências em matéria de medicamentos e de produtos farmacêuticos do Comissário responsável pela Saúde para a Comissária responsável pelo Mercado Interno. Não sou certamente daqueles que pensa – e quem me conhece sabe-o muito bem – que os medicamentos, os produtos de saúde e a própria atividade médica, sejam uma mercadoria como outra qualquer: a saúde não é uma mercadoria. Recetivo ao apelo que me foi lançado de remediar a referida distribuição das competências - um desejo expresso durante as audições parlamentares e amplamente apoiado por uma parte considerável das profissões médicas – decidi reafetar essas competências ao Comissário para a Saúde.

Considero a política espacial um domínio muito promissor e pareceu-me mais adequado encarregar a Comissária responsável pelo Mercado Interno das políticas espaciais, no seguimento das composições das Comissões anteriores. Agora no que diz respeito à cidadania: ao acompanhar os vossos debates sobre esta questão, fui sensível a algumas observações expressas, sintomáticas de um certo mal-estar. Decidi, portanto, atribuir o domínio da cidadania ao Comissário responsável pela Migração e Assuntos Internos, obviamente uma competência partilhada com a Comissária responsável pela Justiça. À pasta de Tibor Navracsics, acrescentei o Desporto.

Por último, Senhor Presidente, tomei nota dos intensos debates sobre resolução de diferendos entre investidores e Estados nas negociações do Acordo sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). Permita-me dizer claramente qual é a minha posição, a qual apresentei em 15 de julho nesta assembleia e que poderá consultar nas minhas orientações políticas: não aceitarei que a jurisdição dos tribunais dos Estados-Membros seja limitada por regimes especiais para os diferendos entre investidores e Estados. O Estado de direito e o princípio da igualdade perante a lei também se devem aplicar neste contexto. O mandato de negociação prevê uma série de condições que devem ser respeitadas por esse tipo de regime, bem como uma avaliação da sua relação com os tribunais nacionais. Por conseguinte, não há qualquer obrigação a este respeito: o mandato deixa a questão em aberto, servindo de orientação. Considerava que o meu compromisso nesta matéria era bastante claro, mas esclareço e reitero aqui e hoje de bom grado, como muitos me pediram que fizesse: no acordo que a minha Comissão apresentará a esta assembleia para aprovação não haverá nada que

limite o acesso das partes aos tribunais nacionais ou que permita que tribunais secretos tenham a última palavra a dizer nos diferendos entre investidores e Estados.

Pedi novamente a Frans Timmermans que, na sua qualidade de Primeiro Vice-Presidente responsável pelo Estado de Direito e pela Carta dos Direitos Fundamentais, me aconselhasse sobre esta questão. Não haverá nenhuma cláusula sobre diferendos entre investidores e Estados no TTIP, se Frans Timmermans não concordar igualmente. Acredito que, com o vosso apoio, podemos negociar um acordo comercial ambicioso com os EUA nestes termos, no pleno respeito dos interesses europeus e do Estado de Direito. Estou profundamente empenhado no sentido de celebrar um acordo comercial com os EUA, mas prometi a este Parlamento durante a campanha que estarei atento às regras europeias. Temos de negociar com os americanos. Frans Timmermans conduzirá este acordo até ao fim, mas eu quis ser o mais claro possível em relação a este ponto.

Senhor Presidente, vou agora falar na língua do campeão do Mundo de futebol, que de momento revela uma certa fraqueza.

O Presidente considera que se trata de uma fraqueza passageira; mas os alemães têm de habituar-se à ideia de ela poder ter um carácter duradouro.

Gostaria de dar mais algumas explicações a propósito de algumas questões que tiveram uma importância significativa no debate da passada semana.

Tinha prometido em julho que apresentaria um pacote de medidas de investimento no valor de 300 mil milhões de euros. O investimento é fundamental para a economia europeia e para as pessoas que vivem e trabalham na Europa. Atualmente, a Europa sofre de uma forte redução do investimento, que se eleva a mais de 20 % em média, comparando diretamente com 2007, ano anterior à crise; esse valor é de 36% em Portugal e de 64% na Grécia. As economias nas quais não se investe não conseguem crescer; e as economias que não crescem não conseguem garantir emprego. Este programa de investimentos é muito importante do meu ponto de vista. Gostaria de deixar bem claro que quaisquer tentativas destinadas a desviar-me deste projeto (e que não têm deixado de surgir) serão infrutíferas: apresentarei este programa de investimentos.

Este programa de investimentos não pode ser financiado com novas dívidas. Temos de envidar esforços para estimular os investimentos privados através de uma contribuição inteligente de fundos públicos. A economia deve saber que também ela tem um papel a desempenhar na sociedade. O combate ao desemprego não é da responsabilidade exclusiva dos Estados; a economia também tem a sua parte de responsabilidade. Por conseguinte, apelo à economia europeia no sentido de contribuir para a melhoria da situação dos mercados de trabalho europeus e para a realização do fluxo de investimentos de que tanto precisamos urgentemente para avançar.

Contrariamente ao inicialmente previsto, não apresentarei este programa de investimento nos três primeiros meses do meu mandato, mas sim antes do Natal e

em colaboração com o Vice-Presidente Jyrki Katainen, responsável por esta pasta. Há urgência e, por conseguinte, devemos responder o mais rapidamente possível.

Este programa de investimentos não será um programa conjuntural como os que alguns Estados-Membros tentaram lançar nos anos 70. Os programas conjunturais são fogos de palha. Precisamos, isso sim, de investimentos concretos que conduzam a mais crescimento a médio prazo, investimentos que reforcem o poder da economia europeia. Não se trata simplesmente de manipular dinheiro para dar a impressão de que se está a fazer alguma coisa. Trata-se de mobilizar capitais para, juntamente com o setor privado, reforçar a médio prazo os fatores e o potencial de crescimento na União Europeia. E se digo isto é porque a principal tarefa que nos espera é a luta contra o desemprego; e a luta contra o desemprego dos jovens, que em muitos Estados-Membros atinge níveis escandalosamente elevados, requer, não apenas, mas sobretudo, um apoio da economia privada.

No âmbito deste esforço global, é evidente que devemos desenvolver a agenda digital europeia e o mercado interno digital. O meu colega Günther Oettinger irá ocupar-se desta importante matéria. Os investimentos que devem ser realizados neste setor irão traduzir-se num crescimento de cerca de 250 mil milhões de euros nos próximos anos. Concretizaremos esse projeto.

Nos últimos meses o pacto de estabilidade foi muito discutido e criticado mas pouco analisado. Quero ser bem claro também sobre esta questão. Defendo, eu e toda a Comissão Europeia, as declarações proferidas a este respeito no Conselho Europeu de 27 de junho: as regras não vão ser alteradas. Em junho, os 28 Governos sem exceção declararam que não se mudam as regras, mas que estas devem, no entanto, ser aplicadas com a flexibilidade prevista nos Tratados e noutros textos jurídicos. Faremos o que o Conselho Europeu nos convidou a fazer e aquilo que já declarei nesta assembleia em 15 de julho: terá de haver disciplina orçamental, flexibilidade e reformas estruturais. Sem reformas estruturais que contribuam para relançar a economia europeia e o mercado de trabalho europeu não haverá flexibilidade.

Gostaria de sugerir a alguns colegas que abandonem a ideia de que uma austeridade exagerada e uma moderação da despesa excessiva conduzem automaticamente ao relançamento do crescimento e à dinamização do mercado de trabalho. Mas o contrário também não é verdade, défices e níveis de dívida elevados não geram automaticamente crescimento. Se assim fosse, se défices e níveis de dívida elevados gerassem automaticamente crescimento, a Europa cresceria mais do que em qualquer outro período da sua história, dado que nunca tivemos de responder por tantas dívidas como atualmente. Porém, é igualmente falso pensar que a consolidação orçamental por si só constitui um fator de crescimento, sem a flexibilidade e as reformas estruturais necessárias. Precisamos de ambas: disciplina orçamental e política orientada para o crescimento, associada a investimentos, para podermos progredir no futuro ao ritmo necessário.

Por último, minhas Senhoras e meus Senhores, observei que muitas interrogações foram suscitadas pelas minhas declarações feitas em julho em matéria de alargamento. Nomeei um Comissário responsável pela Política de Vizinhança e Negociações de Alargamento. Algumas das vossas comissões propuseram que esta

pasta passasse a ter o nome de «Comissário para a Vizinhança e o Alargamento». Decidi, após uma análise rigorosa, em primeiro lugar comigo mesmo e depois com alguns dos meus amigos, designar esta pasta «Comissário responsável pelas Negociações de Alargamento». Não pretendo enganar as pessoas nem os povos: deve evitar-se dar a impressão aos países que são candidatos que poderão tornar-se membros da União Europeia nos próximos cinco anos. Não haverá novos membros durante o mandato desta Comissão: tal não é de forma alguma viável.

Então, não vale a pena criar falsas ilusões. Não devemos fazer crer às pessoas que aguardam a adesão que esta poderá ter lugar nos próximos cinco anos. É evidente que as negociações de alargamento continuarão com o mesmo impulso, a mesma força, o mesmo empenhamento como até este momento. E não posso deixar de saudar os países candidatos à adesão à União Europeia, dizendo-lhes que, sim, as negociações serão aceleradas se necessário, mas não é realista acreditar que poderão ser concluídas com sucesso até 2019.

Por último, há um problema que me preocupa e que vos preocupa e que é escandaloso: são as faturas não pagas da União Europeia.

Trata-se de um problema antigo. Guy Verhofstadt e eu próprio, Ministros do Orçamento e antigos colegas no Conselho de Ministros correspondente, detetámos faturas não pagas: para ser credível, a União Europeia não pode ser um mau pagador; tem de honrar os seus compromissos.

Estes são, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, alguns esclarecimentos que queria trazer aos nossos debates e às várias interrogações que foram suscitadas por esta assembleia.

Evoluímos num contexto internacional que nos mostra, cada dia que passa, que vivemos num mundo cada vez mais perigoso. O movimento conhecido por «Estado Islâmico» é incompatível com os valores europeus: não podemos aceitar comportamentos dessa natureza.

A crise do vírus do ébola exige uma reação forte, rápida, organizada e concentrada por parte da União Europeia: não creio que tenhamos estado à altura quando se tratou de lutar contra esta epidemia.

Constato, com grande tristeza, que nada fizemos enquanto o fenómeno se circunscrevia unicamente ao continente africano. No dia em que a epidemia chegou à Europa, pusemo-nos em movimento: deveríamos ter agido antes.

Os problemas relacionados com a migração ilegal continuam por resolver. Solicitei ao antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo Ministro da Defesa da Grécia que trate deste assunto, tal como solicitei ao Comissário cipriota responsável pela Ajuda Humanitária que se desloque o mais rapidamente possível a África para marcar no terreno a presença da Comissão Europeia. Os problemas associados à migração ilegal e à migração legal serão tratados como verdadeiras prioridades pela Comissão que, espero, assumirá as suas funções em 1 de novembro.

Reitero o que declarei em julho: gostaria que voltássemos a redescobrir as virtudes do método comunitário. Gostaria que a Comissão e este Parlamento fossem os artesãos e os arquitetos da recuperação do método comunitário e os defensores das suas vantagens.

O método intergovernamental, em caso de urgência e em ocasiões concretas, tem as suas virtudes, mas acredito no triângulo virtuoso entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão, e gostaria que redescobrissemos o método comunitário.

Afirmo perante vós que nos sentimos vinculados a este Parlamento por um contrato com a duração de cinco anos. A primeira instância de referência da nova Comissão será o Parlamento, a assembleia que assegurou que se retirem as consequências normais, naturais, das eleições de 27 de maio último, da expressão do sufrágio universal.

Admito que alguns dos presentes não fossem favoráveis a que os partidos políticos apresentassem candidatos cabeças de lista. Mas assim foi feito e hoje digo-lhes, sobretudo àqueles que se opunham a esse processo, que o tempo não volta atrás.

Em 2019, a campanha eleitoral europeia será uma verdadeira campanha pan-europeia e todos o saberão, antes de irem votar... A democracia é também europeia, é continental e, ao reforçar o seu carácter democrático, a Europa não subtrai relevância aos Estados nem às nações... Nações que, repito, não são invenções provisórias da História: são feitas para durar e a Europa deve respeitar as nações e os Estados-Membros. Não se constrói a Europa contra as nações, que têm as suas tradições, as suas virtudes, as suas riquezas, as suas razões de ser. Não se constrói a Europa contra os Estados-Membros, mas com as boas vontades que podemos encontrar em toda a Europa, a nível da sociedade civil, das nossas sociedades, dos nossos Estados-Membros e dos parlamentos nacionais.

Vou dizer-vos qual é minha convicção: a minha convicção é que esta será a Comissão da última oportunidade: ou conseguimos aproximar os cidadãos europeus da Europa ou falharemos; ou conseguimos fazer da Europa um bloco político que se ocupa dos grandes problemas e deixa de lado os de menor importância, ou falharemos; ou conseguimos, em concertação com os Estados-Membros, com os governos, com os parlamentos, com os parceiros sociais, reduzir drasticamente o nível do desemprego, ou falharemos; ou voltamos a dar uma perspectiva aos jovens europeus, ou teremos falhado.

Gostaria que aproveitássemos esta oportunidade para fazer avançar a Europa: a Europa merece-o e conta convosco, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para apoiar a Comissão nas múltiplas tarefas que se nos apresentam, que se apresentam a V. Ex^{as}. e que se apresentam aos cidadãos europeus.

Muito obrigado pela vossa atenção.

